

## **“KNOWLEDGE IS POWER”: A CRIAÇÃO DA ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA E O PROJETO DE SUBSTITUIÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA (1831-1877)**

SILVANA ANDRADE DOS SANTOS\*

Em quanto a civilizada e industriosa Europa não se empenhou no fabrico de um assucar indígena, apesar da nossa velha rotina, ajudados por uma importação continua de braços africanos que o proprietário brasileiro obtinha fácil e commodamente, progredíamos e com este progresso avançava o Brasil a tomar lugar importante entre as nações cultas. [...]¹

Parece consenso entre os historiadores a assertiva de que o fim do tráfico transatlântico impactou sobremaneira a agricultura da Bahia. Contemporâneos deste processo, os membros do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia (IIBA) - em sua maioria integrantes do segmento agroexportador do Recôncavo - manifestaram sua preocupação com os rumos que a lavoura desta Província tomava, enviando (em 1860) uma Representação à D. Pedro II; neste documento, apresentado pelos diretores do Instituto, solicitavam que o então Imperador tomasse providências remediativas diante da crise agrícola que se instaurava.

Embora a crise fosse atribuída a inúmeros fatores (intempéries climáticas, epidemias, falta de crédito, entre outros), os membros do IIBA manifestaram no documento especial apreensão com a escassez de mão de obra e o conseqüente aumento no preço dos cativos, provocados pelo fim do tráfico transatlântico de escravos. Como remédio para salvar a lavoura, solicitavam ao Imperador apoio na construção de uma escola agrícola, a qual deveria formar mão de obra especializada a ser empregada no campo.

Neste sentido, nosso objetivo é analisar a proposta de criação da Escola Agrícola da Bahia como possível alternativa para a diminuição da oferta de mão de obra gerada pelo fim do tráfico transatlântico. Partindo da análise da mencionada Representação e dos Relatórios de Presidente da Província, buscaremos, também, pensar a relação existente entre a diminuição desta atividade e a situação da agricultura da Bahia no período em apreço, bem como, refletir sobre as demandas de modernização da agricultura geradas pelo fim do tráfico. Para isso, estabelecemos como marcos cronológicos os anos de 1831 e 1877 - o primeiro,

---

\* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

¹ Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia a S. M. I., sobre as providências para salvar a agricultura naquela Província. Com vários documentos em apenso. Bahia, 29 de junho de 1860. 5 documentos. Cópias 13 p. II – 33, 38, 68.

referente ao fim do tráfico transatlântico de escravizados; e o segundo, ao ano de inauguração da Escola Agrícola da Bahia

No início do século XIX, em contraste com meados do XVIII (marcado pela penúria e pela depressão econômica), a agricultura da Bahia demonstrava sinais de prosperidade. Barickman (2003), tomando como ponto de partida o início dessa fase, mapeou algumas das tendências de exportação, visando apreender as transformações decorrentes na geografia agrícola do Recôncavo entre os anos de 1780 e 1860. Constatou, através da análise de séries estatísticas elaboradas a partir dos dados referentes aos principais produtos de exportação do período que, apesar da existência de flutuações, houve, depois de 1775, um aumento da atividade comercial nesta Província.

Embora os índices de lucro e os números das exportações não chegassem a alcançar os mesmos obtidos nos tempos áureos da produtividade, a agricultura da Bahia estava longe de poder ser considerada uma atividade em decadência. Fatores internos como externos, desde as reformas pombalinas passando pela Revolução Industrial e a de São Domingos, resultaram em preços mais altos para produtos tropicais e abriram novos mercados para exportações brasileiras (BARICKMAN, 2003: 51).

A diversificação dos gêneros de exportação também contribuiu para o renascimento da economia da Bahia. Além do açúcar e do fumo, este último gênero de suma importância no comércio transatlântico de escravos, a Bahia experimentou a implantação de culturas como o algodão (no sertão da Província e na parte norte do Recôncavo), o café (ao sul do Recôncavo, na comarca de Ilhéus) e o cacau (também nas regiões ao sul). O crescimento das exportações contribuiu de igual maneira para o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno, especialmente os gêneros destinados à alimentação tais como feijão, milho e mandioca.

Apesar deste renascimento agrícola, a produção açucareira gerada pela província havia perdido certo espaço tanto no âmbito da colônia e, mais tarde, Império, quanto no cenário mundial. Durante o século XIX Pernambuco havia assumido o posto de maior exportador de açúcar de cana do Brasil e Cuba o de principal produtor e exportador mundial. Além disso, salvo o ano 1844 - quando os proprietários de terras pareciam ter ouvido o clamor por plantar

mandioca ao menos para sustento da sua própria família<sup>2</sup> - a menção constante a carestia dos gêneros alimentícios indica que este tipo de cultura também enfrentava problemas.

Não obstante fatores como intempéries climáticas e dificuldades relativas ao transporte, é possível refletir que se por um lado (nas primeiras décadas do século XIX) a expansão das lavouras de exportação proporcionou cada vez mais a especialização das propriedades cuja produção era destinada a este fim - o que teria levado, também, a um aumento na produção de gêneros alimentícios; ocasionou de igual maneira uma dependência cada vez maior do mercado de suprimentos, levando ao aumento da demanda. Outro elemento a ser levado em consideração é a transposição de um contingente de mão de obra empregada na agricultura de abastecimento para a grande lavoura.<sup>3</sup>

O tabaco, por sua vez, passava por transformações, a exportação dos rolos de fumo até então utilizados no comércio transatlântico havia diminuído consideravelmente em virtude do fim do tráfico de escravizados. A partir de meados do século XIX a produção de tabaco passou a ser destinada em grande número para a confecção de charutos, o que exigia adaptações nas formas de beneficiamento da folha. Não nos parece, no entanto, que os fumicultores encontraram dificuldades neste processo: Em 1847, Antonio Ignacio d'Azevedo discursava sobre a qualidade dos charutos produzidos pela província “[...] o qual cumpre todos os meios animar para que eles rivalisem com os de Havana.”<sup>4</sup>

Em fins da década de 40, a produção de café e cacau parecia se disseminar, especialmente nas localidades ao sul da Província, outrora constituinte de Capitania de Ilhéus; ao passo em que a construção de fábricas têxteis fazia aumentar a demanda por algodão. Apesar disto, embora tanto a cultura de café e de cacau quanto a de fumo e a porcentagem deste produtos no valor total das exportações da Bahia tivessem aumentado, a recuperação de sua economia entre 1845 e 1860, considerada como última fase do renascimento da agricultura, não levou a novo período de prosperidade como no final do século anterior.

Já no final da década de 1850, sua economia de exportação manifestava sinais de estagnação e declínio, características que marcaram este setor produtivo pelas décadas

---

<sup>2</sup>Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 2 de fevereiro de 1844. Bahia, Typ. de L.A. Portella e Companhia, 1844.

<sup>3</sup>Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor Francisco Xavier Paes Barreto em 15 de março de 1859. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1859.

<sup>4</sup>Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio d'Azevedo, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 2 de fevereiro de 1847. Bahia, Typ. do Guaycurú de D. Guedes Cabral, 1847.

seguintes (BARICKMAN, 2003: 83). A natureza da crise era multifacetada: dívidas, falta de capitais, crédito e investimento tecnológico, concorrência e, a partir de 1850, um número cada vez menor de braços cativos disponíveis.

Por certo, os braços de africanos escravizados oriundos do comércio transatlântico e, mais tarde, seus descendentes, foram a principal mão de obra empregada, tanto no campo quanto no ambiente urbano, no Brasil, durante todo período colonial e mesmo no Império: a escravidão era onipresente! (CONRAD, 1978). Ainda que, como uma série de estudos tem demonstrado, a escravidão pudesse se apresentar de diferentes formas de acordo, entre outros, com o tamanho dos planteis e do gênero cultivado, apenas os mais humildes não possuíam sequer um escravo (RUSSEL-WOOD, 2005).

Centro da administração colonial até 1763, a Bahia recebeu grandes contingentes de cativos destinados, em sua maioria, ao trabalho na lavoura, mas, sobretudo, nos engenhos de açúcar. Sobre as vastidões de terra e os braços escravizados repousava o poderio dos senhores que, mais que elite econômica, exerciam grande influência nos segmentos social e político da vida, muitas vezes, atuando como membros diretos da administração pública. As bases da sociedade estavam fincadas no comércio transatlântico de escravos.

Além de ser responsável pela manutenção dos planteis de trabalhadores, haja vista que as baixas taxas de natalidade e as altas taxas de mortalidade não permitiam a reprodução dos cativos em escala suficiente para sua auto sustentação, o comércio de escravos era uma atividade extremamente lucrativa: muitos homens construíram sua fortuna desenvolvendo esta atividade. Ademais, o comércio negreiro permitia aos lavradores adquirirem comodamente, isto é, sem muito ônus, novos braços, fossem para repor perdas ou para aumentar o número de trabalhadores no campo.

A partir de 1850, no entanto, o fim definitivo do tráfico transatlântico, o aumento do tráfico interprovincial e a conseqüente diminuição da população escrava da Província, entre outros fatores, trouxeram definitivamente o problema da substituição da mão de obra (CUNHA, 2004: 56). De acordo com Salles, de 1850 até 1867 a população escrava do Brasil declinou em 44%, de 2.500.000 para 1.400.000 (SALLES, 2008: 57). Por conseguinte, o preço dos cativos aumentou substancialmente: se no início da década de 1850 era possível comprar (na Bahia) um escravo do sexo masculino de *enxada e foice* pela quantia de Rs. 480\$000, por volta de 1858 o mesmo escravo era vendido por cerca de Rs. 1:075\$000 (BARICKMAN, 2003: 231).

Dentro deste quadro - como uma política de recuperação da agricultura em crise (TOURINHO, 1982: 72) - em 1 de novembro de 1859, foi criado o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA). A partir da criação do Instituto, formado em sua maioria por membros integrantes do setor agroexportador e dirigentes da província, a instituição se tornou um elemento fundamental nas esferas de decisões relativas à agricultura da Bahia, por vezes a agricultura e o IIBA se (con)fundiam.

Alguns meses depois do Instituto ser criado, em junho de 1860, seus diretores remeteram ao imperador a mencionada Representação solicitando auxílio eficaz para “[...] a quasi agonisante lavoura bahiana [...]”<sup>5</sup>. Por sua vez, a situação da lavoura que mais preocupava os membros do IIBA era a da cana de assucar: “[...] a mais antiga, a que alimentou a infância d’este povo, dirigio sua educação e lhe deo forças para constituir-se Nação livre e independente: [...]”<sup>6</sup>.

O Instituto era sem dúvidas uma esfera de poder que congregava membros das elites política e econômica da província. Possivelmente, a preocupação com o destino da lavoura açucareira e com a oferta de mão de obra a partir do fim do tráfico, remetia às origens desses membros. De acordo com um perfil do membros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura elaborado por Nilton Araújo (2010), a maior parte deles era composta por senhores de engenho do Recôncavo.

Na Representação, os diretores afirmavam que apesar da velha rotina, “[...] ajudados por uma importação continua de braços africanos que o proprietário brasileiro obtinha fácil e commodamente [...]” progrediam “[...] e com este progresso avançava o brasil a tomar lugar importante entre as nações cultas[...]”<sup>7</sup>. No entanto, uma série de contratempos deu início a vida de languidez e decadência do açúcar brasileiro: o capital do rico proprietário europeu, sua facilidade de adquirir braços robustos e inteligentes, e maquinismo apropriados; auxiliado pelo rápido progresso da química, bem como a conquista de mercados asiáticos, teria tornado quase dispensável o açúcar de cana.

---

<sup>5</sup> Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia a S. M. I., sôbre as providências para salvar a agricultura naquela Província. Com vários documentos em apenso. Bahia, 29 de junho de 1860. 5 documentos. Cópias 13 p. II – 33, 38, 68.

<sup>6</sup> Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia a S. M. I., sôbre as providências para salvar a agricultura naquela Província. Com vários documentos em apenso. Bahia, 29 de junho de 1860. 5 documentos. Cópias 13 p. II – 33, 38, 68.

<sup>7</sup> Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia a S. M. I., sôbre as providências para salvar a agricultura naquela Província. Com vários documentos em apenso. Bahia, 29 de junho de 1860. 5 documentos. Cópias 13 p. II – 33, 38, 68.

Além desta série de infortúnios, a situação se agravou com as epidemias, intempéries climáticas, as dívidas, a falta de crédito e o fim do tráfico. Queixavam-se na Representação

[...] A importação dos braços africanos cessou completamente e sua substituição, e o preço do Escravo, quasi entre nós o único instrumento de trabalho agrícola, subiu seis e oito vezes mais, assim como triplicou de sua alimentação [...]<sup>8</sup>

Não obstante as mazelas que assolavam a produção agrícola da Bahia ou que de alguma forma contribuía para que os produtores encontrassem dificuldades fossem no plantio (como as intempéries climáticas e as moléstias) ou no comércio (a precariedade das vias de comunicação), um elemento central no discurso tanto dos que exerceram a função de dirigentes administrativos da Província como dos membros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura – grupos estes que muitas vezes se mesclavam - era a *velha rotina*. De acordo com os diretores do Instituto falhava aos agricultores baianos a instrução que inventava ou imitava os melhoramentos para a econômica do trabalho e aumento da fertilidade ou da força de produção. e completavam “falha-lhe mesmo o indispensavel para conservar-se na rotina”<sup>9</sup>.

É possível refletir que a ênfase dada às velhas práticas de *ferro e fogo* empregadas na lavoura dos diferentes gêneros cultivados na Província, estaria diretamente ligada à fatores relacionados ao fim do tráfico de escravos. A despeito da comparação com as *modernas técnicas* empregadas pelas nações que cultivavam os mesmos gêneros (como o tabaco e a cana em Cuba, por exemplo) podemos considerar que era inviável para os produtores agrícolas, em diferentes graus e proporcionalmente aos gêneros cultivados, manter as práticas até então empregadas na agricultura, dado a diminuição do número de cativos nas propriedades ou, ao menos, as dificuldades enfrentadas para a manutenção dos plantéis: a dinâmica de trabalho empregada para aproveitamento da mão de obra cativa nos períodos de safra e entressafra tornava-se obsoleta.

Afirmavam, por fim

[...] Senhor, a situação dos agricultores bahianos é quase desesperada e o mal é tão intenso que deixará de ser compreendido. Qualquer remédio é de urgência: parece-se chegado a um destes período da existência de um povo, em que, somente os grandes sacrificios, ou o heroísmo e a dedicação podem desviar o precipício [...].<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia a S. M. I., sobre as providências para salvar a agricultura naquela Província. Com vários documentos em apenso. Bahia, 29 de junho de 1860. 5 documentos. Cópias 13 p. II – 33, 38, 68.

<sup>9</sup> Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia a S. M. I., sobre as providências para salvar a agricultura naquela Província. Com vários documentos em apenso. Bahia, 29 de junho de 1860. 5 documentos. Cópias 13 p. II – 33, 38, 68.

<sup>10</sup> Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos. 1806 – Representação da Diretoria...

O remédio para salvar a lavoura, seria, de acordo eles, a construção de uma escola agrícola, a qual deveria formar mão de obra especializada a ser empregada no campo.

Neste sentido, verificamos, mesmo antes da criação do IIBA, nas falas dos presidentes de província, o discurso constante à cerca da necessidade de modernização das técnicas de cultivo e beneficiamento agrícola. Embora a cultura da cana fosse, sem dúvidas, a que mais causasse preocupações para o setor dirigente, havia também a preocupação com as técnicas empregadas nas consideradas pequenas lavouras (como o fumo, o algodão e o café) e mesmo com a mandioca.

Em 1844 o presidente da Província Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, falava sobre a necessidade de se trazer da Europa “[...] um bem cultivador de Tabaco, que seja perito não só no preparo da folha para acantelar a corrupção dos fardos, e dos rolos, e conservar-lhes o aroma, como no fabrico dos charutos [...]”<sup>11</sup>. Três anos depois, eram adotadas medidas relativas a cultura do algodão. Antonio Ignacio d’Azevedo disse esperar

[...] da America do Norte duas maquinas das melhores que facilitem o descaroçamento e preparo do algodão para ser conduzido ao mercado com a pureza possível; visto que a excelente qualidade que deste artigo dá o abençoado sertão da Provincia é as mais das veses perdido pela introdução de folhas e outros corpos nocivos no acto de separar-se o caroço das fibras de algodão.<sup>12</sup>

Neste ritmo, alguns anos mais tarde, em 1860, um de seus sucessores comunicou a Assembleia Legislativa a respeito da aquisição (em 1857) de duas máquinas de fabricar farinha de mandioca - uma movida por animais e outra por água – do Rio Grande do Sul.<sup>13</sup> Antes disso, no ano de 1842, o mesmo Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos propunha a substituição de cadeiras de teorias existentes em Salvador por cadeiras práticas, onde fossem ensinados métodos de cultivo que se adequassem às necessidades da agricultura da província, promovendo assim melhoramentos neste setor econômico.<sup>14</sup>

Deste modo, tanto nas falas dos presidentes de província, quanto na representação apresentada pelos Diretores do IIBA, o problema da substituição da mão de obra aparece

---

<sup>11</sup> Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, n’abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1844. Bahia, Typ. de L.A. Portella e Companhia, 1844.

<sup>12</sup> Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio d’Azevedo, n’abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1847. Bahia, Typ. do Guaycurú de D. Guedes Cabral, 1847.

<sup>13</sup> Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o conselheiro e senador do imperio Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

<sup>14</sup> Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, n’abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1842. Bahia, Typ. de J.A. Portella e Companhia, 1842.

vinculado a questão da qualificação da mesma. Assim, notamos uma crença nos poderes das ciências e da química, como remédios eficazes a serem administrados contra alguns dos males que acometiam a lavoura da Bahia. Segundo Tourinho

Nos discursos dos setores mais progressistas da classe dominante da 2ª metade do século XIX a necessidade da educação agrícola como meio de resolver alguns problemas da agricultura baiana, é constantemente mencionada. Segundo esses discursos, como o atraso das técnicas e o problema da mão-de-obra são causados, em parte, pela ignorância da maioria dos lavradores, a disseminação de teorias e práticas avançadas os transformaria em produtores mais aptos a dirigirem suas fazendas (TOURINHO, 1982: 172).

Seguindo nesta tendência, em 1845, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea sugeria a criação

[...] não um Jardim Botânico, onde se vá passear e colher flores, mas uma Fazenda Normal aonde se estejam continuamente adoptando, e ensaiando quantas descobertas reconhecidas uteis appareçam nos outros Paizes, seja na escolha das plantas, procurando sempre, e aclimatando as melhores especies e generos e nossa agricultura, como Tabaco, Algodão, Café, Cana &c. [...]

.....  
Procurar as melhores maquinas, e mandal-as vir a todo o custo, seja para factura do assucar, seja para o descaroçamento do algodão, seja para o preparo do café, e emfim em todos os sentidos de que se possa colher algum proveito.<sup>15</sup>

Nos anos seguintes, especialmente a partir de meados da década de 50, permaneceu constante nas falas dos presidentes de um lado, um discurso pessimista sobre a situação da agricultura: safras ruins e, grosso modo, baixas nas exportações e/ou nos preços dos produtos exportados ou, no caso dos gêneros alimentícios – como o milho, o feijão e a mandioca -, a carestia; e, de outro, a necessidade de se promover melhoramentos na agricultura e de se formar uma mão de obra especializada.

Na sua fala, proferida em 1861 na abertura da Assembleia Legislativa, o então vice-presidente, José Augusto Chaves, defendia a criação da escola prática de agricultura proposta pelo IIBA, ainda por ser aprovada pelo governo imperial <sup>16</sup>. Neste discurso, tal qual os diretores do IIBA na representação enviada a Pedro II, Chaves colocou o problema da mão de obra como uma das principais questões relativas à demanda de criação da escola agrícola; contudo, fica evidente, a partir da fala do vice-presidente que não tratava-se efetivamente da ausência de trabalhadores - muito embora a reposição dos planteis tivesse sido afetada pelo

<sup>15</sup> Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da sessão ordinaria do anno de 1845, pelo presidente da provincia, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea. Bahia, Typ. de Galdino José Bizerra [i.e. Rizerra] e Companhia, 1845.

<sup>16</sup> Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da provincia, dr José Augusto Chaves, no dia 1.o de setembro de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1861

fim do tráfico transatlântico e pelo tráfico interprovincial – havia na Província um problema referente ao aproveitamento da mão de obra.

Sendo assim, se propunha que a escola pudesse contemplar uma parcela da população livre ociosa, redirecionando-a para o serviço agrícola. Afirmou o vice-presidente “*Querei mudar os homens, mudae-lhes a educação*. Com uma educação verdadeiramente agrícola, formar-se-iam homens moralizador e industriosos, em vez de inimigos do trabalho e da Sociedade.”<sup>17</sup>

É notável, contudo que, seria necessário que as técnicas de cultivo e beneficiamento deveriam passar por adaptações fosse o trabalho escravo substituído por colonos estrangeiros ou trabalhadores nacionais. O emprego de máquinas e a formação de mão de obra especializada, proporcionaria a economia de braços em determinadas tarefas e o melhor aproveitamentos dos recursos disponíveis. Ao passo em que, a formação oferecida pela escola, especialmente nos casos dos operários agrícolas, manteria o vínculos entre os proprietários agrícolas e os trabalhadores. Esperava-se assim, com a criação da escola remediar alguns dos problemas da lavoura da Bahia e fazê-la reconquistar “[...] o antigo lugar de superioridade que ocupou entre as províncias irmãs desde eras bem remotas.”<sup>18</sup>

Depois de alguns anos e longos esforços, em 15 de fevereiro de 1877 foi inaugurada a Escola Agrícola da Bahia - primeira escola superior de agricultura da América Latina - no Engenho das Lages, propriedade da Ordem de São Bento, situado, hoje, nas proximidades da cidade de São Francisco do Conde. Atendendo as propostas e demandas apresentadas oito anos atrás pelos membros do Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, foram oferecidos duas modalidades de ensino: um curso elementar e um superior.

O primeiro deles era destinado a formar regentes agrícolas e florestais, isto é “operários agrícolas especializados para trabalharem nas grandes propriedades agro açucareiras, disseminando entre os outros trabalhadores uma técnica mais avançada” (TOURINHO, 1982: 135). Enquanto isso, o curso superior era destinado a formar engenheiros agrônomos e veterinários, “[...] uma nova elite técnica que lidere as transformações necessárias à recuperação da economia açucareira, difundindo conhecimentos tecnológicos mais avançados [...]” (TOURINHO, 1982: 141).

---

<sup>17</sup> Fala que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da provincia, dr José Augusto Chaves, no dia 1.o de setembro de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1861

<sup>18</sup> Relatório que apresentou a Assembléa Legislativa da Bahia o excelentíssimo senhor Barão de S. Lourenço, presidente da mesma província, em 11 de abril de 1869. Bahia, Typ. de J. G. Tourinho, 1869.

Apesar disto, embora a Escola se mantivesse ativa mesmo depois da implantação da República, a instituição não atingiu os resultados esperados, dado ao número diminuto de operários formados e atuação inexpressiva dos regentes agrícolas (TOURINHO, 1982).

### *Considerações finais*

No início do século XIX a agricultura da Bahia parecia dar sinais de recuperação. Desde o fim do século anterior, apesar da existência de flutuações, fatores internos como externos levaram ao aumento das exportações de produtos como o fumo e o açúcar e propiciaram, também, a expansão da lavoura de gêneros destinados ao mercado interno.

No entanto, a partir da década de 1850 a lavoura da Província começou a definhar. Os velhos mecanismos de produção, a falta de crédito, as epidemias, intempéries climáticas, a concorrência nos mercados, a crescente produção de café e, agora, a diminuição no número de cativos, contribuíram para isso.

Não obstante, o fim do tráfico tivesse atingido todas as regiões do Brasil, diferentemente das prósperas regiões produtoras de café, a conjuntura econômica da Bahia fez com que os senhores de escravos e lavradores de modo geral, vissem sua capacidade de obtenção de mão de obra escrava consideravelmente reduzidas.

O problema da substituição da mão de obra era, portanto, uma realidade, embora seja possível que houvesse braços livres disponíveis para serem empregados na lavoura, a manutenção da escravidão, ou melhor, do domínio sobre os trabalhadores, representava também a manutenção do *status* de uma fração da população: entre estes estavam os membros do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura.

Como alternativa para os problemas relativos à falta de mão de obra, os membros do IIBA projetaram a criação de uma escola agrícola para formar trabalhadores especializados. Mas o que estava em jogo não era apenas a força de trabalho em si, a proposta de fundação da escola era essencialmente conservadora, buscava-se dirigir as mudanças para que se pudesse promover melhoramentos técnicos na agricultura sem que se alterasse a ordem social vigente.

### *Bibliografia*

ARAÚJO, Nilton Almeida. *Pioneirismo e hegemonia: A construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Dissertação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902*. Tese. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A Instrução Agrícola e a crise da Economia Açucareira na Segunda Metade do Século XIX*. Dissertação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982.